

Despesas:	
Despesas administrativas	
Despesas de comissões com a Renner Promotora (b) e a Cristal Promotora (c).....	1.538 3.048
Despesas de captação	4.604 6.194
(a) Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.	
(b) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de cobranças.	
(c) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de operações de crédito.	
Remuneração dos administradores	
A remuneração dos administradores totalizou no semestre findo em 30 de junho de 2018 R\$ 2.283 (R\$ 2.017 em 2017).	
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
A gestão dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme regulamentação do BACEN e boas práticas internacionais e, são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, se finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.	
A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (Economic Value of Equity) – parcela Rban – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.	
Desta forma, o Banco utiliza como política contratar instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros, instrumentos de proteção (hedge) e, classifica estes instrumentos de acordo com a sua natureza em:	
• Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e	
• Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.	
22. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS	
Em 30 de junho de 2018, o Banco apresenta avais e fianças prestadas a clientes no montante de R\$ 1.075 (R\$ 22.842 em 2017) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários.	
Em 30 de junho de 2018 e de 2017 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.	

Diretoria	
João Luiz Urbaneja Diretor	Thiago Rodrigues Urbaneja Diretor
Eduardo de Oliveira Guedes Diretor	Joelson Barbosa Boeira Diretor
Idaiana Regina Fischer Contadora-CRC/RS 081865-O-1 CPF 969.740.440-20	
Manifestação do Conselho de Administração	
O Conselho de Administração do Banco A.J. Renner S.A., no exercício das atribuições que confere a Lei 6.404, de 15.12.1976 e, disposições correlatas do Estatuto Social, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.	
Dessa forma, com base nas análises e revisões realizadas e com base no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, aprovou os referidos documentos, por unanimidade.	
Porto Alegre, 14 de agosto de 2018.	
Felicitas Renner	João Luiz Urbaneja Mathias Otto Renner
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	
Aos: Acionistas e Administradores do Banco A. J. Renner S.A. Porto Alegre – RS	
Opinião Examinamos as demonstrações contábeis do Banco A. J. Renner S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestres findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco A. J. Renner S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	
Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações	

contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções rele-

vantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de agosto de 2018

Rafael Dominguez Barros
CT CRC SP-208.108/O-1 "S" – RS
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RS